

Universidade e Memória

Franklin Leopoldo e Silva

USP

RESUMO

Em artigo inédito, Franklin Leopoldo e Silva desenvolve os sentidos da memória na produção da identidade, destacando as relações significativas do presente com o passado e o futuro na construção da história. Desse ponto, o autor acentua o papel das instituições nesse processo – um processo de exercício de poder, no qual se tem, na verdade, a institucionalização do poder – e, dentre elas, em particular a instituição universitária.

PALAVRAS-CHAVE

Memória; identidade; história; poder; universidade.

ABSTRACT

In this unpublished article, Franklin Leopoldo e Silva develops the meanings of memory in the production of identity, highlighting the significant relationships between the present and the past and the future in the construction of history. From this point, the author emphasizes the role of institutions in this process – a process of power, in which there is, in fact, the institutionalization of power – and, among them, the university institution in particular.

KEY WORDS

Memory; identity; history; power; University.

A memória constrói a identidade. A prova mais eloquente desta tese não está na demonstração do que ela afirma, mas sim na conjunção que se pode observar entre a perda de memória e a crise de identidade. O que nos é dado observar, com efeito, tanto no caso de indivíduos quanto no que diz respeito a grupos, instituições e sociedade em geral, é que a ênfase no presente e a perspectivação do futuro como presente amplificado produz o isolamento do passado e a inutilidade da memória. Para isso contribui, certamente, o que se tem chamado de aceleração do tempo histórico, isto é, a intensidade da sucessão, fenômeno que exacerba o referencial quantitativo de que nos servimos para *medir* o tempo, e diminui a relevância do referencial qualitativo pelo qual deveríamos *viver* o tempo. Para que se entenda melhor esta diferença – ou oposição – podemos estabelecer uma relação comparativa entre o caráter *transitório* da experiência temporal e o caráter *descartável* dos conteúdos desta experiência. A transitoriedade diria respeito à qualidade da experiência marcada pela passagem do tempo, pela mudança e pelo perecimento de tudo que nos afeta, pois no âmbito da experiência finita tudo está destinado a desaparecer. O descartável diz respeito à quantidade de objetos que são oferecidos e à necessidade de que sejam substituídos no processo ininterrupto de inovação caracterizado pelo jogo da novidade e da obsolescência, que torna a vida o cenário de uma dualidade constituída pela aquisição e pelo descarte. Nesse sentido vivemos a transitoriedade e a finitude como predicados *formais* da existência; e vivemos a aquisição e o descarte como características *reais* dessa mesma existência.

Ora, o transitório supõe o fio da memória, que ao mesmo tempo se estende e se enovela, porque é constituído tanto pelo que deixamos para trás quanto pelo que carregamos conosco ao longo do percurso da existência, sendo que não nos é possível separar aquilo que deixamos daquilo que continuamos a levar porque se trata de um só e mesmo processo. O envelhecimento, com efeito, consiste ao mesmo tempo nos anos que deixamos para trás ao vivê-los e que carregamos conosco como acumulação da vida e da experiência. O descartável é aquilo que utilizamos e jogamos fora, deixando definitivamente para trás, como o que, a cada momento, já não faz parte de nós. O descartável representa a descontinuidade quantitativa de uma experiência pautada pelo gasto, pelo consumo, e nunca pela preservação e pelo acúmulo. Assim o descartável se define pela instantaneidade do presente – de um presente que desaparece sem deixar vestígios porque não chegou propriamente a se atualizar. Neste sentido o presente não é vivido como o transitório ou o efêmero, mas como o vazio, e um vazio que paradoxalmente nos absorve e nos devora muito mais do que a acumulação do passado. Essa ausência de conteúdo do presente indica que ele é vivido como se não estivesse destinado a se tornar passado, como se não fosse provido de um con-

teúdo que pudesse subsistir pelo vestígio e pela memória. Tudo se passa como se desejássemos um futuro isento de passado, um presente que não contivesse vestígios de passado – do mesmo modo que vivemos o nosso presente de forma desconectada, definindo o passado pelo desaparecimento que ocorre pelo esquecimento. Com efeito, tudo aquilo que mereceria ser lembrado está no presente, incorporado e potencializado, de modo que não seria necessário conferir realidade ao passado. Da mesma forma, a força do presente faz com que o futuro não seja mais do que o presente amplificado – aquilo que designamos como *mais do mesmo*, excluindo a diferença.

Entretanto, é preciso notar também que essa desconexão do presente em relação às outras dimensões temporais provém de que ele as incorpora e produz, acerca delas, uma determinada *representação*. Pode-se mesmo dizer que a força do presente e sua pretensão à exclusividade deriva desse *poder* de incorporação e de representação do passado e do futuro. Diríamos que, neste caso, a memória é perdida para que se possa *construí-la* e a expectativa de futuro é despojada de sua imprevisibilidade para que se possa *projetá-la*. Aquilo que se perde em termos da realidade do passado e da contingência do futuro é compensado pelo poder de representação, isto é, de reconstrução e de previsão. O passado reconstruído e o futuro previsto manifestam o poder do presente no que concerne à *representação da temporalidade*. Assim se pode dizer que as modalidades de consciência que consistem na lembrança e na expectativa são alvos desse poder que procura constituí-los através de representações social e politicamente consolidadas.

A princípio e aparentemente, esse procedimento nada tem de novo ou de extraordinário, pois sabemos que é sempre a partir do presente que visamos o passado e o futuro. De que outro modo poderíamos ser conscientes do passado e do futuro? Entretanto, é necessário estabelecer uma diferença: uma coisa é visar o passado a partir de uma modalidade intencional de consciência, que em Agostinho se chama *distensão* e em Husserl *retenção*; é neste sentido que visio o passado *do* presente, isto é, a consciência *do* passado é *presente*, e não poderia ser outra a maneira pela qual o passado apresenta-se ao sujeito presente a si enquanto visa o passado no ato de lembrar. E a expectativa do futuro se constitui analogamente. Outra coisa é uma representação reconstrutiva do passado que o situa seletivamente em relação ao presente. Neste caso, o presente não é apenas o lugar *de onde* visio o passado, mas é também o operador da representação pela qual o passado é reconstruído em sua realidade e em sua significação. Michael Pollak (cf. 1980) acentua a seletividade inerente à rememoração para mostrar que a seletividade obedece às injunções do presente, as quais produzem diferentes efeitos. Pode ser a reescrita da História a partir de uma estrutura de poder à qual interesse uma nova versão e um novo juízo acerca dos acontecimentos, como no caso da desestalinização da União Soviética sob Krushev. Pode ser o esquecimento

como estratégia de superação do horror no caso das vítimas do nazismo. Pode ser o silêncio como ocultação de uma condição de culpa, no caso dos prisioneiros que estiveram nos campos por motivos de orientação sexual ou transgressão das leis. O primeiro caso é especialmente interessante para o que estamos discutindo: uma reescrita da história que se traduz na imposição política de uma versão (oficial) e que deveria permanecer como única e indiscutível. É desse modo que se dá a formulação de um perfil institucional ou de uma identidade político-institucional a partir de uma história oficial, que pode ser a de um país, mas que também pode ser a de uma universidade. O que importa é certa operação seletiva da memória que separa o que deve ser conservado e o que deve ser descartado na construção da significação do passado. Neste caso, o presente não é apenas a posição da consciência que visa o passado, mas o poder que ressignifica o passado valendo-se de uma memória *instrumental*. Memória instrumental é aquela que produz a representação do passado de acordo com as exigências do exercício presente do poder, e que tem como resultado o que se denomina *história oficial*.

As instituições se colocam neste caso porque interessa ao poder constituir e projetar o significado histórico dos meios pelos quais ele se exerce. *Poder*, neste contexto, não significa necessariamente a forma de governo na qual eventualmente se manifesta, mas uma realidade sistêmica produtora de significações socialmente disseminadas, função que pode ser cumprida por diferentes regimes, diversas instâncias e múltiplas formas de relação, já que o propósito de dominação as transcende a todas. A impossibilidade de localizar precisamente o poder e o fato de que ele está disseminado produzem uma espécie de pontilhismo que faz com que os indivíduos sejam fonte de poder uns para os outros, isto é, todos são sujeitos de poder e estão sujeitos ao poder (cf. Foucault, 1979). Ao mesmo tempo em que se dissemina, o poder se sintetiza e se agrega em instituições nas quais o indivíduo encontra proteção contra o poder de outro, mas que, ao garantirem os “direitos” de cada um, fazem-no controlando a liberdade de todos.

A instituição se define simultaneamente pelo peso do poder consolidado, sinteticamente determinado, e por certa leveza aparente que lhe advém de sua impessoalidade. Por isso, quanto maior a importância auferida a partir da longevidade histórica e da impessoalidade, maior e mais inquestionável será o poder exercido. Neste sentido a institucionalização do poder confere ao seu exercício uma forma mais eficaz que advém da impessoalidade, isto é, do anonimato. No entanto, assim como o anonimato não é a ausência do nome, mas a sua ocultação, também a institucionalização do poder não é a diluição de seu exercício na despersonalização burocrática, mas o ocultamento dos interesses de poder por trás de uma pretensa neutralidade funcional. Quando o poder é exercido através da funcionalidade sistêmica, o ocultamento da

origem e da finalidade deste exercício não é senão a tradução cifrada do arco de interesses que o orienta.

Ora, na medida em que o poder se exerce historicamente, a sua consolidação passa por estratégias de construção da memória. A despersonalização do poder passa pela impessoalização da memória. É por isso que a história institucional não suporta a genealogia: esta poderia chegar aos interesses como fonte da funcionalidade sistêmica, na qual o poder tende a se confundir com a simples racionalidade procedimental. Assim, quando dizemos que a instituição é sujeito de sua história, estamos corroborando a autonomia sistêmica que aparece como racionalidade funcional. O sistema traduz o poder, mas não é a sua fonte; o próprio poder traduz a persistência dos interesses que devem prevalecer na produção da realidade ou na condução da forma de representação da realidade histórica. Por isso uma investigação autêntica da história de uma instituição deveria consistir em ultrapassar a racionalidade aparente da persistência sistêmica. A instituição persiste no seu ser por via da produção contínua de sua racionalidade aparente. Se quisermos que a história de uma instituição revele algo mais do que aquilo que Foucault denomina “efeitos de superfície”, então é preciso interrogar historicamente para além do mecanismo de produção desses efeitos e entender a *origem* e o *propósito* dessa aparência.

Um notável exemplo dessa interrogação que ultrapassa uma história dos efeitos e busca atingir a origem é o trabalho de Irene Cardoso “A Universidade da Comunhão Paulista”, sobre a fundação e as fases iniciais da Universidade de São Paulo (USP). A autora não se contenta com o registro histórico dos fatos e com a corroboração do projeto explícito, mas procura desvendar os interesses motivadores do movimento que levou à constituição da Universidade de São Paulo e ao perfil que foi desenhado para a instituição. Com isso logra mostrar as ambiguidades e contradições do movimento histórico na concretude de sua efetuação, bem como as flutuações próprias das contingências políticas em meio às quais se deu a gestação e o nascimento da USP, ambiguidades e contradições que acompanharão a instituição durante boa parte de sua vida.

As dificuldades enfrentadas neste livro (cf. Cardoso, 1982) são as mesmas que estão presentes em toda tentativa de superar a afirmação das aparências: trata-se de atravessar o bloqueio ideológico das significações politicamente construídas e historicamente consolidadas. E o acervo destas significações é a memória que se constrói ao longo da história das instituições. O que se costuma pôr em relevo quando se faz a história de uma instituição é a *identidade* que a caracterizaria. Supõe-se que à medida que uma instituição define seu perfil ao longo do tempo, ela constrói sua identidade, de tal modo que a sua história seria ao mesmo tempo construção e testemunho de si mesma. Mas é preciso levar em conta que há dois polos de tensão nessa construção histórica.

Um deles é representado pela inércia do sistema e pela racionalidade funcional; o outro se refere aos indivíduos que, enquanto agentes históricos, participam dessa construção. Entre estes dois polos, haveria harmonia e coerência se considerássemos a prevalência de um deles, do qual o outro seria apenas o reflexo: ou os indivíduos agindo historicamente na construção da instituição, ou as condições objetivas consideradas como determinantes decisivos na construção, definição e identificação da instituição. Ora, se considerarmos, em vez da prevalência de uma instância sobre a outra, uma *tensão* entre os dois polos, haveria, pelo menos de direito, uma relação contraditória permeando a elaboração desta “identidade” e então teríamos que nos defrontar com o problema de uma “identidade” que aparece como a resultante do embate de forças contraditórias.

A princípio, a questão passa por considerações óbvias. Não existe instituição sem os indivíduos que a compõem e que, pelas suas ações, a vão construindo; de outro lado, também não existe instituição sem que esta pluralidade de ações e de intenções dos agentes seja de alguma maneira submetida a uma forma de unificação sintética definidora do perfil institucional. Não deveria ser necessário escolher, entre estes dois aspectos, qual o preponderante e qual o subordinado; também não deveria ser necessário supor uma síntese entre as duas instâncias, de modo a produzir uma conciliação em que a oposição viesse a ser superada. Deveria ser possível compreender a realidade institucional e sua história a partir da tensão entre os elementos que a constituem.

Entretanto, se podemos convir que poderia ser assim de direito, temos de admitir que não é o que acontece de fato, pelo menos nas circunstâncias atuais. O fortalecimento da funcionalidade sistêmica, que ocorre no âmbito da realidade como um todo, repercute, evidentemente, no seu lugar “natural”, a instituição. Assim como, segundo Foucault, o indivíduo moderno – sujeito – é produzido por uma configuração social que, além de sociedade, é *sistema social*, assim também, e de maneira mais direta, o indivíduo é produzido pelas configurações sistêmicas das instituições que o afetam de modo mais próximo (cf. Foucault, op. cit.). Trata-se, no caso, de enfatizar o sentido de sujeito como assujeitado, sujeito *a* e não sujeito *de*. Não vamos por enquanto examinar as causas históricas do fortalecimento da funcionalidade sistêmica na modernidade tardia, contentando-nos apenas com a constatação de que o processo histórico que se inicia sob a égide do indivíduo e da individualização desenvolveu-se na direção da produção social desta individualidade, o que faz com que a *singularidade* do indivíduo se dissolva na *forma sistêmica* de uma sociedade de indivíduos que participam todos do caráter homogêneo de *unidade produtiva*, que seria a definição mais pertinente de indivíduo nas sociedades de produção de bens e de indivíduos em massa. A produção sistêmica do indivíduo elimina a singularidade e anula a tensão entre individualidade e sistema.

A essa situação geral corresponde, em termos de universidade, o que Michel Freitag define como “universidade organizacional” (cf. Freitag, 1995): a instituição universitária pautada pela organização da produção. Neste sentido, o perfil acadêmico subordina-se às formas de organização vigentes nas corporações em geral. Estas procuram o desenho interno de um perfil condizente com a inserção no mercado. São, por definição, *heterônomas*, porque necessitam organizar-se em função de finalidade externa. O argumento utilizado para justificar a heteronomia da instituição universitária é que ela deve inserir-se na sociedade. Mas, nas sociedades de consumo, o caráter social é abstrato e sua tradução concreta é o mercado. Assim, a universidade organizacional também se regula pelo mercado. Percebe-se então qual é o significado da expressão “identidade institucional” neste contexto: só pode ser o de uma identidade extra-posta e heteronomamente constituída. A presença da instituição a si mesma não pode ser outra coisa que sua presença – sua inserção – no mercado de bens culturais, científicos e educacionais.

Na medida em que a instituição universitária adota o perfil de uma organização produtiva, ela não apenas produzirá os bens educacionais para consumo neste segmento de mercado, como também terá de produzir os indivíduos aptos a produzir esses bens. É desta maneira que a universidade reproduz o sistema de produção social de indivíduos como unidades produtivas. Para isso ela tenderá a adotar cada vez mais a funcionalidade sistêmica, isto é, a organização objetiva do trabalho. Na medida em que a universidade é composta por indivíduos que, enquanto membros da esfera acadêmica e intelectual, seriam sujeitos *do* seu trabalho, a organização objetiva do trabalho acadêmico resulta na produção de indivíduos sujeitos *a* esta organização – o que pode ser considerado um caso específico de produção social da subjetividade. Quando os sujeitos *do* trabalho acadêmico passam à condição de sujeitos *à* organização racional deste trabalho, a dimensão objetiva, como produtividade mensurável, passa a predominar sobre a liberdade intelectual, eliminando-se assim a tensão entre a liberdade do intelectual e o sistema no qual o seu trabalho se insere. Como todo trabalho, este de índole intelectual também passa a ser definido como produção objetivamente normatizada, o que se traduz no atendimento de exigências extrínsecas cada vez maiores e que incidem de modo cada vez mais decisivo na relação entre o sujeito e o “seu” trabalho. A condição organizacional da universidade leva, assim, a uma impessoalização do trabalho, isto é a uma relação extrínseca entre o sujeito e sua atividade. Por isso assistimos nas universidades a uma adaptação crescente das formas de ensino e pesquisa a determinações objetivas de ordem administrativa e política, e a um decréscimo significativo da iniciativa pessoal e da criação, isto é, da liberdade subjetiva.

Essa configuração do presente incide sobre a construção da memória porque o status do presente precisa ser reforçado pela reelaboração do significado do passado e

da história. Neste sentido voltamos ao que foi dito no início acerca da seletividade da memória a partir dos critérios do presente. Como se trata de valorizar e de reforçar o presente afim de que ele se reproduza no futuro, as exigências do presente tornam-se a medida da reelaboração do passado e da construção da memória. As táticas a serviço desta estratégia são variadas e vão desde o esquecimento até a ressignificação e reavaliação dos fatos, passando pela seleção que reconfigura o passado histórico. As datas comemorativas são as ocasiões para que esses procedimentos sejam colocados em prática (cf. Cardoso, 2001). Fala-se do passado em termos de enaltecimento do presente, para que o passado jamais seja uma ocasião de reavaliação crítica do presente, para que o passado “co-memorado” seja de fato absorvido pelo presente e repensado em função da positividade atribuída a este presente. A lembrança torna-se um mero subsídio para a reafirmação do presente. A rememoração questiona o valor do passado em relação ao significado hegemônico do presente. A memória torna-se *instrumental*. Se a universidade valoriza mais a sua estrutura presente do que a sua história, então o procedimento que descrevemos tem mesmo que aparecer como o único adequado.

Mas se a atualidade da universidade tem algo a ver com sua história, então a rememoração comemorativa deveria ser uma “crítica do presente”. Afinal, por que o passado não poderia proporcionar critérios para esta crítica? Para isso, entretanto, é preciso que a rememoração não consista apenas em trazer o passado ao presente para que o presente absorva o passado e o dissolva no totalitarismo das significações atuais. A consideração crítica do presente exige que se volte ao passado, não por nostalgia, mas por necessidade de escapar à tirania do presente, alargando assim o próprio significado de temporalidade, isto é, de tempo histórico, que o presente revela apenas parcialmente.

No caso de uma instituição histórica, a transitoriedade, a relatividade do tempo presente e a consideração do passado não são apenas parâmetros de análise, mas o substrato da própria realidade institucional, uma realidade que, por ser histórica, não pode ser revelada unicamente pelo presente, mas deve contar com a função da memória para sua identificação e reconhecimento, não podendo ser reduzida a mero construto de uma atualidade desligada do tempo, como se a história fosse algo de supérfluo para o conhecimento que a instituição deve elaborar acerca de si mesma. A nitidez do presente depende, muitas vezes, de quão nítida a tradição aparece para os protagonistas deste presente, assim como as lentes com as quais o presente visa o passado devem estar bem ajustadas para que se possa focalizar interpretativamente a tradição sem que a interpretação venha a ser distorção.

Embora o passado, sempre interpretado, nunca possa ser rememorado de modo idêntico à sua presença original, ainda assim devemos nos esforçar para evitar o *pre-*

sentismo e o *atualismo*, que fazem da interpretação uma absorção do passado pelo presente. O processo de modernização da universidade é afetado pelo presentismo: tende-se a ver, na transição do passado para o presente, a superação de algo que o progresso teria mesmo de deixar para trás, seguindo a necessidade inerente à sua própria racionalidade. Com isso a conservação da memória institucional ocorre apenas em relação aos aspectos que condigam com o presente ou que justifiquem as mudanças ocorridas no presente. Pois o sistema institucional, ao produzir o presente, produz também a memória do passado, aquela que mais convém à justificação do presente. Essa seletividade, em que algumas lembranças se salvam, outras naufragam na passagem do tempo, é algo do gênero da história dos vencedores e da história dos vencidos, de que fala Benjamin (cf. 1994): os primeiros têm a palavra porque têm o poder; aos outros resta desaparecer. Mas a genealogia do tempo histórico e a arqueologia da experiência podem recuperar vestígios e visualizar caminhos que não foram trilhados.

Se esta memória do reprimido não for cultivada na universidade, instituição em que, ao menos de direito, o viés crítico deve estar presente, não haverá maneira de recuperar criticamente o passado – e ele será sempre uma retro-projeção do presente. O recalque e a racionalização do passado são os riscos inerentes à história da universidade. Podemos tentar evitá-los ou contorná-los buscando elementos de reconstrução histórica na experiência, a qual deveria ser, portanto, preservada das depurações do presente e do monopólio da atualidade. Somente assim, a *história* da instituição corresponderá ao *processo* de sua formação.

Bibliografia

- Benjamin, Walter (1994). Sobre o conceito de História. In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura (Obras escolhidas, v.1)*. São Paulo: Brasiliense.
- Cardoso, I. (1982). *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2001). “68: a Comemoração Impossível”. In: *Para uma Crítica do Presente*. São Paulo: Editora 34.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Freitag, M. (1994). *Le Naufrage de l'Université*. Québec/Paris: Nuit Blanche, Editeur/ Éditions La Découverte.
- Pollak, M. (1980). “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*, vol. II, n. 3, Rio de Janeiro.